

# O Renascimento em Portalegre

PEDRO FLOR

## Portalegre 1500

A vila alentejana de Portalegre no dealbar do século XVI entra numa das fases mais florescentes da sua história. Desde logo, recebeu nova carta de foral a 29 de março de 1511, integrada na vasta obra reformadora e moral do bom governo que D. Manuel I (r. 1495-1521) quis imprimir à administração do reino em diversos aspetos, como a reforma do corpo legal, as *Ordenações*, sem esquecer a publicação de diversos regimentos regulamentares das atividades fiscais, oficiais e artesanais.

À semelhança do que acontecia no restante reino com o ambicioso projeto da *Leitura Nova*, como instrumento normativo iniciado a partir de 1504 e só concluído no reinado de D. João III, c. 1552, este novo documento de 1511 procurava a uniformização da redação e a respetiva atualização dos forais mais antigos da vila (o de D. Afonso III datava já de 1259), fomentando, deste modo, o bom regimento do reino e a conservação da memória e dos costumes dos reis antepassados para as gerações futuras.

Em tempos medievais, a vila tinha sido integrada no extenso senhorio fronteiriço que continha também Marvão e Arronches. Este domínio foi depois doado, com todos os direitos e privilégios, ao infante D. Afonso, irmão do rei D. Dinis, casado com D. Violante Manoel. O vasto senhorio regressou à coroa em 1299, sendo confirmado novamente em 1460<sup>1</sup>.

Nos anos setenta de Quatrocentos, recorde-se que o rei D. Afonso V chegou a doar ao príncipe D. João, futuro D. João II, a jurisdição e o padroado das igrejas de Portalegre e de Alegrete, o que reforça esta ligação entre a região e as vilas alentejanas à casa real portuguesa<sup>2</sup>.

No final do século XV, a alcaidaria encontrava-se na posse de Gonçalo Vaz de Castelo-Branco que, por determinação régia de 1497, a entrega a D. Diogo da Silva de Menezes (c. 1430-1504), escrivão da puridade e mordomo-mor do rei D. Manuel I, tendo ainda

acumulado a Vedoria da Fazenda e a presença no Conselho Régio, para além de continuar a usufruir do senhorio de Gouveia, Celorico da Beira e São Romão<sup>3</sup>. Tal facto não foi do agrado dos habitantes de Portalegre que exigiam o senhorio na mão do rei, o que levou D. Manuel I, logo em 1498, a criar o título de conde e a entregar a alcaidaria-mor do castelo a D. Diogo da Silva de Menezes, de juro e herdade na sua descendência masculina, mantendo-se, porém, o senhorio na coroa<sup>4</sup>.

Este nobre influente era filho de D. Rui Gomes da Silva, primeiro alcaide de Campo Maior, e de D. Isabel de Menezes, filha de D. Pedro de Menezes, primeiro conde de Vila Real. Ao longo de Quinhentos, a descendência de D. Diogo, desde logo o seu filho, D. João da Silva de Menezes, manteve o título de conde de Portalegre. Depois, em linha direta, a linhagem prosseguiu com D. Álvaro da Silva, D. João da Silva, D. Filipa da Silva, D. Diogo da Silva e o irmão Manrique da Silva, feito, em 1625, marquês de Gouveia<sup>5</sup>. Desde D. Diogo da Silva de Menezes que a Casa

## The Renaissance in Portalegre

The Alentejo town of Portalegre was to enter one of the most flourishing phases of its history at the dawn of the 16<sup>th</sup> century. This text will present the historical and cultural context that enabled this unique moment, with special emphasis on the art and architecture sponsored at the time. From the late gothic and the plain architecture period, the aesthetic currents of the artistic centers arrived in Portalegre by the hand of figures of the historical relevance of the Counts of Portalegre or the controversial Bishop D. Jorge de Melo, resulting sometimes in hybrid works of art, so characteristic of the periphery. Having attained the status of city and head of diocese, Portalegre assumed then a leading role in the consolidation of the Renaissance in Portugal. It was also able to demonstrate how to embody the counter-reformist taste, which would end up in the lavish works carried out in the Cathedral.

1 | Portalegre, casa senhorial de Nuno Vaz de Sousa, fachada principal, janelão geminado, dividido por mainel de mármore torso, composto por duplo arco de volta perfeita, com moldura e dois colunelos em relevo assentes em bases prismáticas, datável do século XVI.



de Portalegre se fez sepultar na igreja do Convento de Santo Elói, em Lisboa, primeiro na capela-mor e depois em capela própria, por vontade de D. Maria da Cunha, viúva do terceiro conde<sup>6</sup>.

A relevância desta família Silva de Menezes junto da casa real foi de tal ordem que o cargo de mordomo-mor se manteve nela, transitando também para o marquesado de Gouveia no século XVII. Beneficiados com um assentamento anual vitalício de 270.000 rs, os titulares do condado de Portalegre no século XVI pertenciam ao lote restrito de linhagens, cuja renda global em reais, nos finais da década de 1520, ascendia a 2.000.000 rs, a par das casas de Vimioso, de Monsanto e do Redondo, e só ultrapassada pelos poderosos ducados de Bragança e de Coimbra e pelo marquesado de Vila Real<sup>7</sup>.

A presença assídua do conde de Portalegre junto do rei nos momentos faustos e trágicos é narrada na crónica coeva. A importância linhagística dos Silva no século XVI chegou mesmo a ser alvo de efabulação genealógica por parte de Gil Vicente que, na *Comedia sobre a Devisa da Cidade de Coimbra* [1527], chega a realçar a nobreza desta família, colocando-a descendente de Selivenda/Silvenda, dama da princesa Colimena<sup>8</sup>.

### Diocese, sé e cidade

A vila de Portalegre conhecerá no século XVI dois momentos importantes para a sua história e que demonstram bem a sua relevância em termos da administração civil e eclesiástica. Desde logo, em

1533, D. João III (r. 1521-1557) tornou a vila na sede de uma nova comarca, segmentação esta integrada numa campanha mais vasta de reformas administrativas que acrescentaram mais quinze às treze grandes comarcas-províncias já existentes no reinado de D. Manuel I (1516), processo que ficaria estabilizado entre 1536 e 1541. Anos antes (1527-1532), a vila de Portalegre possuía já um número considerável de fogos e de população, iniciando um percurso que culminaria com a sua elevação a cidade em 1550: 1224 fogos e 5630 habitantes, números só superados “Entre Tejo e Guadiana” por Évora e Elvas, deixando para trás núcleos populacionais como os de Setúbal, Beja, Olivença e Vila Viçosa<sup>9</sup>.

Após esta profunda reforma geral, que foi igualmente acompanhada por um processo de clarificação das linhas de fronteira e do seu reforço, D. João III empreendeu sobre a criação de novas dioceses, o que implicou, naturalmente, a diminuição da extensão dos territórios jurisdicionais e o enfraquecimento dos antigos bispados, e a sua articulação com a atividade da recém-criada Mesa da Consciência e Ordens, em 1532, mecanismo utilizado para fomentar a política de centralização do poder desenvolvida pelo monarca. Na segunda metade do século XVI, o reino contava com treze bispados espalhados pelo território<sup>10</sup>.

O bispado de Portalegre foi criado a 21 de agosto de 1549, por autorização do papa Paulo III, que assim o separou das jurisdições eclesiais da Guarda (Egitânia) e de Évora, para além de várias vilas e aldeias, hoje distribuídas, sobretudo pelo Alto Alentejo<sup>11</sup>.

O rei aproveitava assim a vacância da cadeira episcopal egitaniense, ocorrida a 5 agosto de 1548, por morte de D. Jorge de Melo, bispo da Guarda que fixara residência em Portalegre, para desmembrar tal território eclesiástico, criando um novo. A intenção do rei em criar uma nova diocese remonta ainda ao tempo de vida de D. Jorge de Melo, desígnio este que é documentado pela correspondência trocada entre D. João III e o embaixador em Roma, Baltasar de Faria<sup>12</sup>.

A circunstância da fundação da diocese levou D. João III a elevar a vila de Portalegre a cidade, a 23 de maio de 1550, facto que fazia aumentar a importância política dos representantes e procuradores deste lugar do Alentejo nas cortes. O valor e o prestígio da nova cidade traduziam-se no volume significativo das receitas dos impostos recolhidos e no seu reconhecimento como um dos centros de tecelagem mais relevantes do país (ativo pelo menos desde o século XV), a par de Estremoz ou da Covilhã. A existência da fabricação de panos em Portalegre está confirmada não só no *Caderno do Assentamento do ano de 1539* do almoxarifado de Portalegre, mas também no *Regimento* de D. Sebastião (1573), como uma das mais importantes do reino, para além da extensa encomenda de 4000 côvados de pano para as cerimónias fúnebres do cardeal D. Henrique, por ordem dos governadores do reino, em janeiro de 1580<sup>13</sup>.

Na bula papal ficara previsto que a construção do templo da nova diocese se efetivasse numa das

igrejas paroquiais de Portalegre, o que veio a acontecer na freguesia de Santa Maria do Castelo, tomando-se a igreja da Ordem de Avis e as respetivas rendas. Este processo obteve o aval do rei, que, na qualidade de grão-mestre das três ordens militares, lhe juntou outras duas igrejas e bens: a de Santa Maria a Grande, afeta à Ordem de Cristo e a de São Vicente da Ordem de Santiago<sup>14</sup>.

O limite urbano de cada uma das paróquias, estabelecido em 1304, manteve-se quase inalterado com as posteriores jurisdições e correições espirituais dos priores<sup>15</sup>: Santa Maria do Castelo (extinta em 1559, dando lugar à paróquia da Sé), Santa Maria a Grande (mais tarde anexada à da Sé, a paróquia possuía um templo todo ele pintado a fresco e um retábulo), Santa Maria Madalena (sob jurisdição dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho), **São Tiago (sob administração do Priorado do Crato)**, São Pedro (integrada mais tarde na freguesia de São Lourenço), São Vicente (depois anexada à da sé, incluía ainda a Albergaria de São Vicente e o Hospital), **São João Baptista (suprimida pela criação da Misericórdia)**, São Martinho (sob administração do Priorado do Crato) e **São Lourenço (sita no arrabalde)**<sup>16</sup>.

Entre a criação da diocese de Portalegre e o lançamento da primeira pedra, a 14 de maio de 1556, assistiu-se a um processo complexo de escolha dos bispos e de determinação das licenças para que todas as rendas das igrejas pudessem ser canalizadas para a construção da nova sé, **que foi consagrada à invocação de Nossa Senhora da Assunção**, e só terminada na década de setenta do século XVI. Das três novas dioceses criadas por D. João III, Miranda, Leiria e Portalegre, a alentejana foi a última, em 1549, tendo o processo de concessão de bula papal e de elevação a cidade sido um pouco posterior<sup>17</sup>.

Bem ao gosto tridentino, a austeridade, a ambiguidade, a clareza e a simplicidade de que falava George Kubler são bem visíveis na arquitetura da sé, cujo modelo de base foi o da planta das igrejas-salão que replicou para criar um espaço regular e ininterrupto<sup>18</sup>. O projeto mesclou os ensinamentos de inspiração teórica da tratadística coeva (edições quinhentistas de Vitruvius, Alberti, Sagredo, Cesariano e o mais gloriado de todos, Serlio, que Paulo Varela Gomes bem detetou na fachada catedralícia) com abóbadas de nervuras mais ao gosto tardogótico, em linha com a tradição vernacular<sup>19</sup>.

Se a conceção unificadora do espaço e o sentido clássico desornamentado e de proporção da mole arquitetónica parece acusar a tendência construtiva das catedrais ibéricas renascentistas, de que destacamos a arte de André de Vandelvira (c. 1505-1575), como bem provou Pedro Galera Andreu, falta, porém, identificar cabalmente o responsável pela traça do projeto de Portalegre<sup>20</sup>. Ainda assim, os autores parecem ser unânimes em associar Miguel de Arruda (c. 1500-1563), cavaleiro fidalgo da casa real na qualidade de “Mestre das obras da fortificação do Reino, Lugares de Além e Índia” por nomeação régia em

1548-1549, como o artista que dirigiu o projeto e a execução do mesmo, tanto em Portalegre, como nas outras duas novas catedrais (Miranda, com o auxílio de Gonçalo de Torralva, e Leiria)<sup>21</sup>. De resto, quando o arquiteto régio Juan de Herrera (1530-1597) esteve em Portalegre em março de 1581, já o edifício deveria estar concluído e, por consequência, já não usufruiu do génio do espanhol<sup>22</sup>.

Em torno de Miguel de Arruda, outros nomes gravitaram ao tempo, capazes de o ajudar a codirigir as empreitadas que pelo reino e além-mar se desenvolviam sob a sua batuta, de que se destacaram na geração seguinte Jerónimo de Ruão (1530-1601), que com ele aprendeu, e Afonso Álvares (act. 1550-1580), que viria a casar com uma filha do mestre. No caso de Portalegre, sabe-se hoje que na empreitada da sé estiveram ainda envolvidos na direção do estaleiro mestres locais que certamente se encontravam às ordens de Arruda: Gaspar Mendes, entre 1556 e 1558, e o genro João Vaz, de 1564 a 1572<sup>23</sup>.

Na centúria de Quinhentos foram três os bispos que estiveram à frente dos destinos da diocese de Portalegre, a saber, D. Julián de Alva (1549-1560); D. André de Noronha (1560-1581); D. frei Amador Arrais (1581-1596)<sup>24</sup>.

D. Julián de Alva (1500-1570), castelhano, era figura eminente na corte joanina e desempenhara o cargo de esmoler-mor e confessor da rainha D. Catarina, quando esta veio para Portugal para se casar com D. João III<sup>25</sup>.

Reforçada pelo empenho colocado nas negociações do matrimónio da infanta D. Maria com o príncipe Filipe de Espanha (futuro Filipe II), a estima da rainha D. Catarina por D. Julián de Alva era de tal ordem que a própria despense verba considerável (mais de 200.000 rs), em 1556, para adquirir um báculo e mitra para serem oferecidos ao bispo<sup>26</sup>. É Jorge Cardoso, no *Agiologio Lusitano*, quem nos relata o verdadeiro tesouro que o prelado legou à Sé de Portalegre, **nomeadamente paramentaria (algumas no Museu de Arte Sacra?) e ourivesaria de fino recorte renascentista**<sup>27</sup>. O crescente entusiasmo pelo culto das relíquias na ressaca do Concílio de Trento e a piedade da rainha proporcionaram a D. Julián de Alva a oportunidade mecénica ideal para recheiar ricamente a nova sé.

D. André de Noronha (c. 1520-1586), neto de D. Fernando de Noronha, segundo marquês de Vila Real e primeiro conde de Alcoutim, e irmão de D. Antão de Noronha, governador e vice-rei da Índia, desempenhou funções de deão da capela do príncipe D. João Manuel. Mais tarde, e após a saída do seu antecessor para Miranda, assumirá o bispado de Portalegre por nomeação papal de 17 de julho de 1560, tendo mesmo chegado a alcançar, mais tarde, o de Palencia, em Castela. D. André de Noronha viria a ser trasladado e sepultado no Convento de Santo António de Portalegre<sup>28</sup>. O seu governo coincide com o final da edificação da sé, sob a direção do empreiteiro da construção João Vaz (ativo desde 1564) que (...)

*cerrou a abobeda da See (...)*, corria o ano de 1571, tendo as obras no interior iniciado no ano seguinte e com maior fulgor durante o múnus de D. frei Amador Arrais (1530-1600)<sup>29</sup>.

Com efeito, a partir de 1581, sucedeu a D. André de Noronha no bispado de Portalegre o frade carmelita D. frei Amador Arrais, que teve papel de destaque, não só como ideólogo e mecenas da construção da sé, como se verá em outros textos da presente revista, mas como diplomata no processo de resgate dos prisioneiros de Alcácer-Quibir.

Embora o estudo da retabulística da sé seja fruto de análise mais demorada, nesta edição, em texto próprio<sup>30</sup>, importa aqui recordar que a atividade de Luís de Morales (act. 1539-1586) e do discípulo Francisco Florez (act. 1543-1594) foi relevante por estes anos naquele templo<sup>31</sup>. Além de pintores de menor nomeada na execução dos restantes retábulos para as capelas laterais, casos dos lisboetas Diogo Teixeira, António da Costa e Cristóvão Vaz, e do conimbricense Pedro Álvares Pereira, a magna obra retabular da capela-mor ostenta excelentes pinturas maneiristas, executadas de acordo com os ditames de Trento, e que são devidas aos pincéis de mestres da craveira de Fernão Gomes (1548-1612) e à colaboração de Simão Rodrigues (act. 1583-1629), entre os anos de 1590-1594<sup>32</sup>. Esta última data refere-se, por coincidência ou não, à nomeação do primeiro como pintor régio de Filipe II de Espanha, no lugar do falecido Cristóvão Lopes<sup>33</sup>.

Relativamente à obra de carpintaria retabular (1590-1592), a mesma ficou a cargo do entalhador Gaspar Coelho (c. 1540-1605), colaborador de Luís de Morales, na artisticamente florescente Badajoz, no entalhe de retábulos, protegido do bispo D. frei Amador Arrais e que estadeava com frequência em Portalegre, de onde era oriundo e onde executara a marcenaria dos retábulos de Nossa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora da Luz, na sé<sup>34</sup>.

Ao terceiro bispo de Portalegre, ficou ainda a dever-se a construção do seminário e do paço episcopal que contava com João Vaz na direção dos trabalhos (1589-1592) e com o jovem portalegrense Pero Vaz Pereira (c. 1570-1644), pouco antes de ser nomeado (1604) responsável pelas obras de arquitetura e de escultura da Casa do Duque de Bragança, por D. Teodósio II<sup>35</sup>. As divergências que D. frei Amador Arrais manteve durante o seu múnus com o cabido da Sé, relativas aos réditos dos antecessores que este pretendia, fizeram-no resignar ao bispado de Portalegre, retirando-se na ocasião para o Colégio do Carmo, em Coimbra, em 1597.

D. Diogo Correia, também chamado o “Bispo Santo” pela incorruptibilidade do corpo, tinha ocupado a cátedra de Ceuta e era sobrinho de D. frei Bartolomeu dos Mártires<sup>36</sup>. Assumiu, em julho de 1598, os destinos da diocese de Portalegre, tendo finalizado o seu governo em 1614 e sido substituído no cargo por D. Rodrigo da Cunha (1577-1643), mais tarde bispo do Porto e arcebispo de Braga e de Lisboa<sup>37</sup>.

## Casas, quintas, igrejas e conventos no século XVI — Casas senhoriais e as quintas dos arrabaldes

O urbanismo medieval em Portalegre remonta no essencial ao período de governo do já mencionado infante D. Afonso e ao reinado de D. Dinis, embora saibamos que a fundação do lugar é muito anterior, perdendo-se entre a Antiguidade tardia e a Alta Idade Média, consoante os autores<sup>38</sup>. Além do famoso atalaião junto à serra de São Mamede, a muralha da urbe apresentava doze torres e oito portas: Deveza ou Espírito Santo, Postigo, Alegrete ou São Francisco, Lobato ou Pessegueiro, Elvas, Évora ou Porta Falsa, Crato ou do Bispo e Poterna<sup>39</sup>. Das casas mais antigas e nobres do período medieval pouco ou nada resta. Digna de destaque, mas já datável do século XVI e ainda de sabor manuelino, é a casa de Nuno Vaz de Sousa (fal. 1555), alcaide-mor e comendador da vila do Cano (perto de Sousel), na Rua Azevedo Coutinho. É um edifício de três registos com seis janelas de molduras de pedraria lavrada em granito e uma entrada de arco um tanto abatido ao centro.

As fenestrações apresentam maior valor decorativo, especialmente o janelão geminado. Este encontra-se dividido por mainel de mármore torso e compõe-se por um duplo arco de volta perfeita, com moldura e dois colunelos em relevo assentes em bases prismáticas. Tal como sucede na maioria dos exemplos de janelas manuelinas no nosso país, o colunelo exterior prolonga-se até ser sobrepujado por uma flor-de-lis que acentua o eixo de toda a abertura na fachada. Por sua vez, todo o interior se encontra ornamentado com motivos vegetalistas em baixo-relevo (cogulhos, troncos, folhagens), tal como no peitoril, onde se vislumbram, finamente esculpidos, seres fantásticos híbridos, cujos corpos se misturam em flores e frutos<sup>40</sup>. (fig. 1)

No cimo desta imponente janela, destaca-se ao centro um escudo esquartelado com as armas dos Sousa, no primeiro, com quinas em sautor e, no terceiro, com caderna de crescentes; as armas dos Tavares no segundo, com as estrelas características; e por fim, as armas dos Vaz no quarto, com a representação de um leão, que poderia aludir a Silvas, mas que no contexto não lhe é lícita a presença. A rodear este escudo, lê-se uma inscrição: N<sup>o</sup>VAZDESOVSA\*1538 SE FEZ, a qual nos indica o comitente da obra e a data. O mais curioso nesta janela portalegrense é o facto de se apresentar de clara feição manuelina, com alguns sinais de gosto renascentista, sobretudo no peitoril, mas anacronicamente lavrada em 1538, época bastante tardia, se considerarmos que aquele estilo se dissipava progressivamente a partir da década de 1520. Tal manifestação retardatária de um gosto tardogótico nesta janela parece acusar um certo conservadorismo na ornamentação exterior das casas de família de planimetria quadrangular.

De realçar que o património detido por esta família, descendente de Pedro Tavares que foi alcaide-mor de Portalegre, contemplava uma enorme quinta e

2 | Portalegre, casa senhorial de Nuno Vaz de Sousa, fachada principal, janelão geminado, pormenor, vendo-se o escudo espartilhado com as armas dos Sousa, lendo-se ainda a inscrição NVNO DE SOVSA 1538 SE FEZ.



herdade nos arredores da vila que corria em posse do pai, desde o reinado de D. João I, e sucessivamente confirmada pelos monarcas até pelo menos D. João II, época em que terá falecido<sup>41</sup>. Nuno Vaz de Sousa Tavares, assim designado no epitáfio tumular, fez-se sepultar no Convento de São Francisco de Portalegre, cujo moimento foi ordenado pelo filho André de Sousa Tavares (comendador da Ordem de Avis) e herdeiros, que mandou fazer a Capela de Nossa Senhora da Piedade (1567), para onde viria a trasladar as ossadas do pai<sup>42</sup>.

Jorge Rodrigues e Paulo Pereira dizem que o escudo é (...) espartilhado dos Sousas, Tavares e Silvas e que a inscrição circundante lê-se ‘NVNO DE SOVSA 1538 SE FEZ’ (...)<sup>43</sup>. “Nuno” encontra-se epigrafado na forma abreviada com “o” sobrescrito. Todavia, logo de seguida, lê-se o apelido “Vaz” e depois “de”. O apelido “Sousa” encavalita-se sobre a quina direita do escudo, seguido da data de “1538”. Por último, em registo inferior, “se” e “fez”, bem visível ao observador (fig. 2).

Em relação à identificação das armas da família Vaz, refira-se que, de facto, o leão rampante poderia aludir aos Silva. Todavia, considerando a figura em questão, faz mais sentido que o felino nos remeta para os Vaz, mesmo que, de forma algo tosca, o pedreiro não tenha sabido esculpir os detalhes habituais dessas armas: um leão sainte de um tronco<sup>44</sup>.

No que diz respeito a casas senhoriais em Portalegre para o período de Quinhentos, importa trazer à colação os testemunhos escritos que descrevem residências e propriedades que conheceram fulgor nessa época e que se encontram hoje muito alterados, ou, por vezes, desaparecidos.

Manuel de Sousa, alcaide-mor de Arronches, senhor de Miranda e Podentes, parente dos Tavares, alcaides-mores de Portalegre, possuía uma quinta nos arredores de Portalegre (no cimo da serra de São Mamede, na freguesia do Reguengo). Esta quinta foi muito elogiada pelo padre Diogo Pereira Sotto Maior e constituiu um exemplo interessante de arquitetura quinhentista — uma típica *domus fortis* alentejana medieval, a Torre dos Cantarinhos, acrescentada depois com duas alas de dois registos: (...) *Havia ua quinta que era de um fidalgo que se chamava Manoel de Sousa, de tanto artifício e feitura como ainda hoje o mostram bem suas ruínas. Foi tal que alguns senhores e príncipes deste reino vinham a passar nela os verões* (...)<sup>45</sup>. Embora, em 1616, a quinta seja descrita como estando em ruína, o autor consegue dar-nos a ideia de um espaço condigno para receber os grandes do reino, com jardim e fonte de pedra mármore decorada com variados labores. A singularidade do imóvel e a sua envolvente despertaram o interesse real (de recordar que D. Manuel I visitara Portalegre, c. 1495-1497, a pedido de D. Diogo da Silva Menezes que ao tempo insistia na pretensão de obter o título de conde) e de, mais tarde, já no século XVII, um outro nobre influente da cidade de Portalegre (à época da redação do tratado encontrava-se em Madrid) que, segundo o memorialista, teria querido comprar a quinta, mas sem sucesso por se encontrar em morgado<sup>46</sup>.

Ainda vivo em 1543, data da última referência documental que apurámos, Manuel de Sousa casou-se ricamente por duas vezes e em ambos os casos com figuras de destaque do ponto de vista social no Portugal quinhentista: D. Isabel de Paiva e D. Brites de Menezes, tendo havido descendência apenas

da primeira união<sup>47</sup>. D. Isabel era filha do poderoso D. Álvaro da Costa (c. 1470-1540), guarda-roupa, camareiro, armeiro-mor, conselheiro e embaixador do rei D. Manuel I e primeiro provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. A segunda descendia por via paterna do primeiro conde de Tarouca (D. João de Menezes) e dos Senhores de Unhão; e por via materna do segundo conde da Feira (D. Diogo Pereira) e dos Senhores de Sortelha, Cascais e Monsanto. O orgulho na estirpe de que provinha e a nobreza e a riqueza da família que Manuel de Sousa chefiava espelhavam-se bem na monumentalidade da torre e alas adjacentes, bem como na heráldica presente no fecho da abóbada de nervuras da sala do andar nobre, com as armas dos Sousa de Arronches.

Os pontos de contacto entre esta edificação dos Cantarinhos e a de Nuno Vaz de Sousa são muito longínquos, prendendo-se sobretudo com aspetos mais decorativos do que planimétricos. Ainda assim, o trabalho escultórico patente nas molduras das janelas da torre é bastante inferior e menos exuberante do que no exemplo de Portalegre. Se estabelecermos comparações com edifícios coevos e de tipologia semelhante (torres das Águias ou Paço da Giesteira), tal perceção de que a Torre dos Cantarinhos é anterior à habitação de Nuno Vaz de Sousa parece ganhar consistência<sup>48</sup>.

Com efeito, a investigação de arquivo que desenvolvemos para o presente texto veio a confirmar esta noção. Num documento datável de c. 1480, descrevem-se várias fortalezas e casas nas províncias de Entre Tejo e Odiana (incluindo algumas na raia de Castela), por ocasião dos confrontos entre tropas portuguesas e castelhanas (1475-1479), em época anterior à assinatura do tratado de paz de Alcáçovas/Toledo<sup>49</sup>.

A referida descrição de c. 1480 (ou pouco mais tardia) presta-nos uma informação preciosa que passamos a transcrever: (...) *item Andre de Sousa nesta serra de Portalegre em outra quinta fez outras casas fortes (...)*. Esta indicação atesta a antiguidade da Torre dos Cantarinhos que remonta claramente ao século XV e ao tempo do alcaide-mor de Arronches, André de Sousa (c. 1465-1518), cujo filho era justamente Manuel de Sousa, que acabámos de caracterizar. O que estaria edificado no tempo do pai e aquilo que foi objeto de construção no tempo do filho é algo que não conseguimos à data estabelecer com segurança, ficando esta referência menos citada para investigação posterior.

A mesma *Relação das Fortalezas e Torres* de c. 1480 informa-nos, a propósito de uma outra quinta, também ela em ruína, que (...) *em Portalegre na serra de sam mamede fez dº dazambuja em hua quinta huas casas muito fortes (...)* Além do carácter fortificado da construção sublinhado na referência, tal como o da Torre dos Cantarinhos, é curiosa a menção de um certo Diogo de Azambuja. Sobre a identidade deste homem ainda pairam incertezas. Sotto Maior diz-nos que o proprietário da “Quinta do Azambuja”, a par de uma ermida de invocação de São Bento, foi (...) *mui*

*célebre e nomeada neste reino (...)*<sup>50</sup>. Esta menção fez-nos pensar que se trata de Diogo de Azambuja (1432-1518), fidalgo português, cavaleiro, comendador da Ordem de Avis e guarda-roupa da casa do infante D. Pedro de Coimbra, este último filho do regente D. Pedro.

Além do elogio que lhe faz o memorialista, sublinhando a grandeza e o lustre do dono da propriedade, epítetos que assentam bem à biografia de Diogo de Azambuja, torna-se tentadora a hipótese de relacionar a construção das (...) *casas muito fortes (...)* mencionadas na *Relação...* de c. 1480 com as investidas militares protagonizadas por esta personagem na reconquista da vila alentejana de Alegrete (1477) aos castelhanos, pois fora ocupada no âmbito das guerras de 1475-1479, a que já nos referimos<sup>51</sup>. A existência de uma ermida dedicada a São Bento remete-nos para a pertença de Diogo de Azambuja à Ordem de Avis, devota deste santo.

Em 1481, já depois da nomeação como fidalgo no ano anterior, viria a partir para África, com missão de construir uma fortaleza em São Jorge da Mina. Anos mais tarde, em 1489, Diogo de Azambuja viria a tornar-se vedor e armador de todas as artilharias, armazéns e tercenas do reino, facto que o mantém ligado às atividades de cariz militar<sup>52</sup>. Tendo vivido entre Cabeço de Vide e Monsaraz, e casado com Leonor Botelho, de Portalegre, estamos em crer que a fundação das casas fortes na serra de São Mamede inseria-se numa ideia, depois abandonada, de se estabelecer em definitivo na vila portalegrense, perto de vários domínios e senhorios que a circundavam. A propriedade terá talvez passado para os descendentes, mais provavelmente para o seu filho, Jorge de Azambuja, fidalgo, do que para António de Azambuja, mais ligado a Cabeço de Vide, pois o primeiro, em 1517, recebia a tença anual avultada, tendo em consideração os serviços prestados pelo pai<sup>53</sup>.

O padre Diogo Pereira de Sotto Maior, que temos vindo a seguir, refere-se a outras duas quintas existentes na zona: a do Seixinal, mandada construir por um mercador de nome Martim Gonçalves, sobre o qual nada se apurou; e a do Fragoso (ou Quinta da Serra), (...) *onde já infinidade de camoezas verdadeais, peros de rei, rapinaldos e outras muitas frutas de menos conta; e um cano de água que sae pela boca de um carneiro de mármore, muito fresca; e logo está um tanque de ágoa mui espaçoso – é cousa de muito preço (...)*<sup>54</sup>.

Sem dados mais concretos sobre o apelido mencionado, é legítimo pensarmos que se trata de uma alusão à família de Gaspar Fragoso, cavaleiro da casa real, que possuía então umas casas e pomares com jardim e água em Portalegre. A propósito deste fidalgo, e no contexto da presente investigação, importa sublinhar que a capela onde se fez sepultar contém dois importantes elementos para o entendimento do movimento renascentista na cidade. Trata-se de uma das capelas do Convento de São Francisco, a mais antiga casa monástica de Portalegre.

### Convento de São Francisco

De fundação ainda incerta, mas que deverá ser encontrada entre 1228 e 1266 (talvez em 1240), o Convento de São Francisco conheceu no período da Baixa Idade Média importantes apoios financeiros por parte da coroa, não só pelo afeto que sempre a mesma manifestou pela ordem mendicante, mas também pela relevância que esta tinha na fixação e na catequização de um território recentemente reconquistado<sup>55</sup>. Se da época medieval pouco resta, a não ser parte da cabeceira e algumas coberturas — trabalhos impulsionados já por D. Dinis —, a era de Quinhentos é talvez mais evidente quando se visita o espaço interior.

Desde cedo que o Convento de São Francisco recebeu legados pios, constituindo-se também como um lugar de eleição para sepultamentos. Foi o caso da capela-mor da igreja que era padroado de Gonçalo Rodrigues de Sousa, comendador de Niza, Idanha, Alpalhão e Montalvão, na Ordem de Cristo, e personagem ligada, primeiro ao regente infante D. Pedro, duque de Coimbra, e depois ao conselho régio de D. Afonso V. Do túmulo deste fidalgo nada chegou até nós por ter sido arruinado em 1834, mas atendendo à época do falecimento, podemos conjecturar sobre a existência de uma arca tumular sobrepujada por uma estátua jacente de cavaleiro e de mãos postas, seguindo o modelo habitual de sepultamentos medievais portugueses.

No século XVI, o cenóbio franciscano conhecerá uma importante campanha de obras que terá começado na década de sessenta daquele século (c. 1565-1570?) com a remodelação da cobertura do cruzeiro e a decoração da capela colateral do lado da Epístola, que receberá um retábulo e o túmulo do comitente Gaspar Fragoso, num espírito de *aggiornamento* do edifício medieval que, mais tarde, viria a ser nesta zona muito remodelado (1719)<sup>56</sup>. A intenção de enobrecer este espaço conventual servia, não só para acentuar a distinção social da família, responsável pela instituição dionisina da capela pelo padre Domingos Fernandes Fragoso que era parte do morgado dos Fragoso (depois adicionado ao dos Sequeira), mas também para assegurar a preservação da memória da sua vivência, criando-se, assim, a oportunidade de uma campanha decorativa com retábulo e túmulo<sup>57</sup>. De recordar que já o pai, António Fragoso, se fizera sepultar em São Francisco de Portalegre, pelo que a capela instituída no século XIV continuava ativa e ligada à família que assim cumpria as suas obrigações pias. Gaspar Fragoso prolongará tal ação, que se estenderá aos séculos XVIII e XIX.

São escassos os dados biográficos relativos a Gaspar Fragoso, pesem embora os esforços envidados no sentido de acrescentar algo mais ao já conhecido. Pensa-se que o nome de António Fragoso, homem que se distinguira na armada capitaneada pelo famoso Afonso de Albuquerque, em Ormuz, possa ser o mesmo que foi o pai de Gaspar<sup>58</sup>. Este é referido como escudeiro fidalgo do cardeal-infante D. Afonso em 1539, data

em que recebe os seus 6.000 rs de moradia<sup>59</sup>. Julgamos que depois da morte daquele, António Fragoso terá incorporado a casa de um dos irmãos, o infante D. Luís ou o infante D. Henrique, mais tarde cardeal-rei. Cerca de vinte anos depois (1559), os registos da chancelaria régia documentam-no já como “cavaleiro fidalgo” da casa real e como morador na cidade de Portalegre, talvez junto da sé<sup>60</sup>. Nesta paróquia viria a habitar por vários anos dessa década, provavelmente até à sua morte, e nela também contrairá matrimónio com Margarida de Vila Lobos, por volta de 1550.

Nesta capela conventual de São Francisco de Portalegre, em arcosólio de volta perfeita, foi inserido um túmulo de mármore de secção retangular, sobre o qual foi colocada uma estátua jacente (fig. 3). Repousando sobre duas almofadas, esta apresenta mãos postas e traja armadura de guerra, luvas e elmo (referentes alegóricos à Justiça) (figs. 4 e 5). Aos pés, repousa um leão, símbolo alusivo à virtude cardinal da Fortaleza e à Ressurreição, presença animal compreensível dado o contexto funerário de exaltação das características do defunto e da esperança na vida eterna.

A avaliar pelo epitáfio na face exterior do túmulo, exibido por dois *putti* tenentes que seguram uma grande cartela, a escultura representa Gaspar Fragoso. Cavaleiro fidalgo da casa real, juiz dos órfãos da cidade (cargo concedido em 1560), recebedor do bispo D. André de Noronha ao tempo da empreitada de João Vaz, mestre das obras da sé, instituiu esta capela da qual foi padroeiro, além de responsável pelo patrocínio do retábulo, tendo falecido a 3 de maio, dia em que se celebram os santos Filipe e Tiago Menor, em 1571<sup>61</sup>. O túmulo encontra-se hoje inserido no arcosólio mas, na verdade, foi pensado primitivamente para estar junto do retábulo, estando este a servir-lhe de pano fundeiro, à semelhança do que sucedia naquela época. As modificações sofridas

3 | Portalegre, Convento de São Francisco, capela colateral do lado da Epístola, túmulo de Gaspar Fragoso, estátua jacente.





4 e 5 | Portalegre, Convento de São Francisco, capela colateral do lado da Epístola, túmulo de Gaspar Frágoso, estátua jacente, pormenores da cabeça, elmo e parte inferior do corpo.

neste convento em séculos posteriores desvirtuaram esse primeiro posicionamento, ao ponto de o arcossólio ter destruído a parte lateral esquerda do retábulo, o que não aconteceria se o túmulo tivesse ficado no seu lugar original<sup>62</sup>.

O retábulo, que bem se articula com a antiga janela de arco quebrado no topo da capela, parece, à primeira vista, obra de pedraria de Ançã com morfologia e relevos a recordar a renascença coimbrã<sup>63</sup>. Todavia, ainda que possam ter sido utilizados como modelos inspiradores a gramática decorativa e a narrativa das obras pétreas do Renascimento daquela região, a magnífica obra retabular é feita de argamassa moldável diretamente na parede, à base de cal e areia e estrutura de tijolo que apresenta ainda vestígios de policromia e douramento<sup>64</sup>. (fig. 6)

Na predela que serve de sóculo ao retábulo, os pedestais sob as pilastras são relevados (com as figurações de São Pedro e de São Paulo, os pilares da Igreja, e outras de índole classicizante *all'antico*). Sob a edícula central, plena de enrolamentos e um mascarão, vislumbram-se duas figuras humanas que seguram uma *cartouche* em *rollwerk*.

O retábulo é dividido, por pilastras de sabor coríntio, em três corpos distintos, sendo o central composto por três registos, separados por finas vergas clássicas que delimitam frisos decorados. Os corpos laterais são compostos por dois registos apenas. Tanto no primeiro como no terceiro registo do retábulo, os espaços delimitados pelas pilastras formam pequenas edículas decoradas, sendo a do topo vazada e de remate semicircular, com a figuração de Deus-Pai abençoando e dois anjos

a tocar alaúde é ladeada por dois acrotérios clássicos com fogaréus e duas aletas que ligam o segundo ao terceiro registo. Sobre elas, podemos observar duas figuras humanas a tocar olifante, instrumento muito utilizado em contexto de caça ou de guerra.

A ladear a edícula central do primeiro registo, encontramos, em médio e baixo-relevo, as representações de Santo Agostinho a abençoar e de São Jerónimo penitente (fig. 7). No segundo registo, ao centro, encontramos uma *Pietà* ou Lamentação. Esta cena é flanqueada pela figuração da cena da Anunciação: do lado esquerdo, Virgem Maria, ajoelhada e acompanhada por um vaso de açucenas e uma estante; do lado direito, o Arcanjo Gabriel, ajoelhado também e empunhando o ceptro florido que lhe é característico.

Todo este retábulo da Lamentação da capela de Gaspar Frágoso é datável de 1571, segundo inscrição evidenciada durante a campanha de conservação e restauro da empresa *In Situ* (2008), momento coincidente com o programa decorativo patrocinado por aquele cavaleiro da casa real para a capela sepulcral. A encomenda de um túmulo e de um retábulo fingido como cenário da sua capela privada sublinha o estatuto social que detinha na cidade de Portalegre, que se viu reforçado com os cargos de juiz dos órfãos e de recebedor do bispo da sé, como vimos.

A estreita ligação com as empreitadas que se desenrolavam na construção da sé permitiu a Gaspar Frágoso o acesso a mestres-pedreiros, canteiros e alvenéis (alvenéis) capazes de montar e ornamentar a capela com túmulo e retábulo. Não deixamos de assinalar que o modelo encontrado para a representação sepulcral





é algo retardatário, isto é, era mais comum a existência de estátuas jacentes de cavaleiros na primeira metade da centúria de Quinhentos. É verdade que o túmulo D. João da Silva, na Capela dos Reis Magos, em São Marcos de Tentúgal (1557-1574), aponta para um modelo de jacente que percorreu todo o século XVI. Todavia, o tipo de talhe escultórico aplicado e o modo como o jacente portalegrense foi concebido parece-nos remeter para uma época anterior a 1571, mais consentânea com o tipo de trabalho então executado.

De autoria ainda desconhecida, o sentido decorativo do retábulo da Lamentação acusa os valores do Renascimento pleno, sobretudo nas pilastras lavradas com motivos clássicos, mais próximos dos usados nas décadas de trinta e quarenta de Quinhentos nas obras saídas do cinzel de Nicolau Chanterene (act. 1511-1554) ou de João de Ruão (act. 1528-1580). Por sua vez, o retábulo exhibe também com abundância o vocabulário flamengo de *cartouches*, *rollwerk* e figuras híbridas, inspiradas nas formas difundidas por Hieronimus Cock, Cornelis Bos ou Cornelis Floris, anunciadoras do apelidado “Maneirismo de Antuérpia”.

Por conseguinte, o artista (e oficina) responsável pelo trabalho escultórico do retábulo é alguém que conhece as estratégias decorativas do Renascimento usadas em Portugal e, ao mesmo tempo, revela abertura para incorporar na sua obra modelos mais recentes e até coevos, oriundos de gravuras ou aplicados em pintura mural, esgrafito, ou iluminura. Não fora a presença documentada de Gaspar Coelho na cidade espanhola e seria tentador pensar que alguém próximo dele ou que o próprio em fase de arranque da carreira seria o responsável pelo traço e pela conceção do retábulo da Lamentação de São Francisco

6 | Portalegre, Convento de São Francisco, retábulo da Lamentação, 1571.

de Portalegre<sup>65</sup>. De resto, a título de curiosidade, as transições de médio e baixo-relevo da argamassa lembram, em muito, a tipologia plástica usada nas obras de marcenaria. Acresce que o trabalho *ao romano* na talha quinhentista em Portalegre era relativamente conhecido, por via de importação ou de realização por mão-de-obra local, a julgar, por exemplo, pelas obras remanescentes no museu municipal da cidade, provenientes do Convento de São Bernardo (figs. 8 e 9).

Os arquivos não têm, até agora, revelado muitos nomes que possam ser associados a obra escultórica (ou pictórica) em Portalegre. As referências a um Gaspar Gonçalves, pedreiro, morador na vila e trabalhador no Mosteiro de São Bernardo (1533) que, por uma brincadeira em pleno estaleiro, provocou a morte de um escravo índio, ou a um Francisco de Ataíde, pintor (1549), morador na cidade e mais tarde ativo na cidade do Porto, e responsável pela execução da bandeira da Misericórdia de Coimbra, são manifestamente escassas para entender melhor o perfil da mão-de-obra disponível na vila à época<sup>66</sup>. Para além disso, as empreitadas artísticas de maior relevo e monta estão quase sempre associadas a mão-de-obra externa, recrutada nos melhores e mais afamados estaleiros e oficinas do reino, como já vimos, a propósito das campanhas de obras da sé.

À partida, o domínio da técnica da argamassa relevada no retábulo seria mais próprio de um alvenador do que de um carpinteiro ou até de um pedreiro. No entanto, se nos recordarmos que o retábulo franciscano repete flagrantemente o mesmo episódio de um retábulo pétreo existente no Convento de São Bernardo de Portalegre, torna-se lícito pensar que se



8 | Museu Municipal de Portalegre, porta de madeira de carvalho e ferro forjado, século XVI, proveniente do Convento de São Bernardo.

7 | Portalegre, Convento de São Francisco, retábulo da Lamentação, pormenor, São Jerónimo, 1571.



trata do mesmo artista, dadas as semelhanças gritantes entre as duas obras. Além disso, o século XVI comprova-nos que os artistas que trabalhavam a componente escultórica eram versáteis ao ponto de, simultaneamente, cinzelarem ora a pedra, ora a madeira, ora, acrescentamos nós, a argamassa de cal e areia. Sem outro dado concreto sobre a autoria, fica em aberto a questão para futuras indagações de arquivo e trabalho de campo, até porque a lista de nomes passíveis de serem associados a esta obra é imensa<sup>67</sup>.

### Convento de São Bernardo

Antes de terminar esta breve reflexão sobre o Renascimento no século XVI em Portalegre, importa demorarmo-nos com a magna obra escultórica de

mármore no já citado convento cisterciense de São Bernardo, de invocação de Nossa Senhora da Conceição, ainda que este edifício mereça trabalho mais profundo na presente revista<sup>68</sup>.

Fundado por D. Jorge de Melo (c. 1470-1548), bispo da Guarda, no lugar da Fontedeira, no sopé da serra de São Mamede, o convento tem a sua génese por volta de 1518, quando o eminente prelado ordenou a sua construção, em 1508.

D. Jorge de Melo desempenhou na corte manuelina o cargo de esmoler-mor e de conselheiro real mas, tendo caído em desgraça de D. Manuel I, o rei concedeu-lhe, em 1519, o lugar de bispo da Guarda, entregando a rica comenda de Alcobaça ao seu filho, o cardeal-infante D. Afonso. Forçado a deixar este cargo tão favorável em troca do bispado egitanense, D. Jorge de Melo manteve-se resignatário, nunca



9 | Museu Municipal de Portalegre, alto-relevo em terracota policromada e dourada Cenas da Paixão de Cristo, escola flamenga, c. 1750, proveniente do Convento de São Bernardo.

entrando na diocese e estabelecendo-se em Portalegre. As prebendas e as riquezas acumuladas na família e no desempenho do cargo alcobacense, aliadas à fortuna de D. Helena Mesquita, com quem viveria e constituiria família, na Quinta da Provência, fizeram dele uma pessoa poderosa, embora tivesse ajudado à excomunhão e a multas várias, incluindo a contribuição para a fábrica da Sé da Guarda<sup>69</sup>.

Por esses anos, D. Jorge de Melo demonstrou interesse em fundar uma casa cisterciense para monjas, aproveitando, em primeiro lugar, as ruínas e as antigalhas da antiga Medobriga, povoado romano perto de Portalegre, mas, depois, em 1523 optou em definitivo pelo no alto da Fontedeira, sítio aprazível e de boas águas, condições fundamentais para conferir ao edifício a salubridade e a dignidade que lhe eram exigidas<sup>70</sup>. A indecisão sobre o lugar de construção do

convento atrasou os trabalhos que conheceram maior ritmo durante toda a década de trinta do século XVI, ainda que tenham arrancado pouco depois de 1526, data em que o rei D. João III ordena aos juízes das vilas de Portalegre, Castelo de Vide e Marvão dêem e façam dar (...) *toda a cal pedra madeira tijolo E ofisyas E serujdores que forem necesarjos E vos for Requerjdo pera obra do mosteiro novo (...)*<sup>71</sup>.

O traslado do documento é de 1533, ano em que data o acontecimento relativo ao pedreiro Gaspar Gonçalves, aludido acima, e que demonstra o curso dos trabalhos de construção. É também nesta mesma década (20 de agosto de 1531) que D. Jorge de Melo confere os estatutos ao Convento de São Bernardo, filiando-o diretamente em Claraval. Tal circunstância isentava o novo cenóbio da intermediação dos monges de Alcobaça, onde se estabeleciam as regras de



10 | Portalegre, Convento de São Bernardo, portal, no topo, um busto masculino e outro feminino de elegante recorte plástico, 1531.

funcionamento da casa, desde os aspetos litúrgicos aos relativos à educação religiosa, procissões, hábitos do quotidiano (alimentação, cerimónias fúnebres), vestuário e contabilidade<sup>72</sup>. Se nos recordarmos que o portal da igreja conventual ostenta a data de 1538, parece-nos razoável pensar neste ano como o da conclusão das obras essenciais para o funcionamento regular do edifício. A consciência de um governo atribulado, polémico, mas magnífico, condicionou a política mecenática de D. Jorge de Melo que, à boa maneira renascentista, procurou a afirmação do seu poder pessoal através do uso da heráldica familiar dos Melo em vários pontos do cenóbio (capitéis do claustro, portal principal e o que lhe fica fronteiro ainda que mais tardio). O portal é lavrado em mármore de Estremoz e compõe-se de um arco de volta perfeita, decorado no seu interior por cabeças aladas (querubins), assente em pilastras relevadas (elementos bélicos como elmos, escudos, couraças ou de natureza fantástica como os mascarões, bucrânios), encimadas por um entablamento coroado com frontão quebrado. As pilastras dóricas que ladeiam o portal não apresentam decoração e estão assentes sobre pedestais decorados com motivos antropomórficos, híbridos (quimeras), festões e cartelas. Todavia, em frente delas, sobressaem colunas de fuste inferior estriado e ornamentado com acantos e novamente festões na parte superior. O entablamento apresenta uma arquitrave de três bandas, friso decorado e molduras, com motivos zoomórficos e vegetalista e, ao centro, um escudo com a letra “M” coroada, que se refere ao apelido do comitente.

Nas enjuntas do arco, surgem-nos dois *tondi* ao romano, bem característicos do Renascimento em Portugal, que se voltam ligeiramente para o centro da composição: um busto masculino e outro feminino de elegante recorte plástico, os quais se tem querido ver de balde retratos de época. Por último, a encimar

toda a composição, observamos um frontão quebrado composto por duas aletas em voluta com figuras aladas, sobrepujado por uma vieira (símbolo do Espírito Santo). O tímpano desse frontão ostenta as armas dos Melo e uma imponente mitra que alude de modo inequívoco ao mecenas de todo o projeto conventual (fig. 10). Este portal, datado de 1538, segue de perto o ritmo compositivo e plástico impresso aos portais renascentistas do tempo e lembra outros exemplos um pouco anteriores ou até coevos, como os da Igreja da Atalaia, em Vila Nova da Barquinha, da igreja do Convento das Chagas de Vila Viçosa ou das igrejas matrizes de Arronches ou da Madalena de Olivença; ou os túmulos de D. Álvaro da Costa (outrora no Convento do Paraíso de Évora e hoje no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, em Évora) e de D. Francisco de Melo, no convento eborense dos Lóios.

Durante muitos anos, este portal de São Bernardo foi dado ao cinzel experiente do francês Nicolau Chantereine, atribuição que sempre refutámos, não só porque o labor do mestre gaulês revela outra sensibilidade no tratamento dos volumes e na conceção da figura humana, como foi sempre para nós evidente que a qualidade plástica deste lote de obras era díspar e, como tal, impossível de ser da mesma mão. Se no caso da Atalaia o problema era relativamente fácil de resolver, uma vez que se tratava de obra devida ao normando João de Ruão, o mesmo não sucedia com os restantes exemplares indicados.

Com efeito, quanto ao núcleo de Évora, pese embora a presença documentada de Chantereine na cidade, a acompanhar a corte e a recuperar de uma maleita que o apouquentava, mantemos as nossas reservas na atribuição<sup>73</sup>. Por um lado, há que recordar que a presença de mestre Nicolau em Évora só se verifica depois de 1535, após a conclusão dos trabalhos do retábulo da Pena em Sintra, em 1534, e a viagem do escultor até Coimbra, a mando de frei Brás de Barros, no ano seguinte<sup>74</sup>. Esta cronologia invalida, portanto, a responsabilidade da obra tumular de D. Álvaro da Costa que é de 1533 e de qualidade inferior aos relevos sintrenses. Por seu turno, o sepulcro de D. Francisco de Melo apresenta tão fraco trabalho nos relevos, nos bustos e na conceção geral da obra que não é possível aceitar levianamente o cinzel de mestre Nicolau, sem ficar justificada a debilidade artística do trabalho.

No que diz respeito às Chagas de Vila Viçosa, Arronches e Olivença, há muito que atribuímos estas obras de fino Renascimento a Francisco Loreto, pedreiro e carpinteiro de marcenaria francês e, sabemo-lo agora, mestre das obras do duque de Bragança<sup>75</sup>. De resto, a presença documentada de Loreto em Arronches, não só na igreja matriz como no Convento de Nossa Senhora da Luz, não permite sequer discussão, no estado atual da investigação. Junte-se ainda o maior sentido clássico destas construções, onde um certo depuramento arquitetónico domina, para dar origem a obra mais exuberante, ajuda a destrinçar a mão de Loreto da de Chantereine. Não sendo Ruão, Chantereine ou Loreto os artistas responsáveis pela obra do

11 | Museu Municipal de Portalegre, retábulo em madeira policromada e dourada Nossa Senhora da Piedade, escola flamenga, [1510-1520], proveniente do Mosteiro de São Bernardo.



portal da igreja conventual de São Bernardo (usam outro tipo de traçado geométrico na conceção das obras, como bem provou Francisco Henriques na tese que já citámos), teremos forçosamente de procurar outras afinidades estilísticas e possibilidades para uma atribuição coerente e plausível: o autor da última morada de D. Jorge de Melo.

Embora possuísse obras de perfil mais próximo da estética flamenga (Antuérpia?), como o conhecido retábulo da Piedade em madeira dourada e policromada (1510-1520), (fig. 11) posteriormente oferecido ao convento e hoje no museu municipal, a educação romana e o convívio na corte manuelina-joanina propiciaram a D. Jorge de Melo o gosto por uma cultura de antigualhas e “Antiguidade”, mandando por isso realizar um enorme túmulo parietal de mármore, à maneira dos grandes sepulcros de prelados transalpinos e até da vizinha Espanha<sup>76</sup>. Mesmo em Portugal, não existe termo de comparação com o túmulo deste bispo, pois este é o de maior aparato, sumptuosidade e majestade, o que contribui para o seu carácter singular, tanto do ponto de vista arquitetónico, como plástico.

Tal como o portal, o grandioso túmulo foi executado em mármore de Estremoz e apresenta policromia e douramento que ajudam a conferir dinamismo e riqueza a todo o conjunto. O túmulo divide-se em quatro registos, sendo o último composto por um só corpo central, ao contrário dos restantes, que se dividem em três corpos. Seguindo a tradução de Rodrigues Gusmão, a inscrição latina assegura-nos a identidade

do defunto: (...) *Jorge de Mello, bispo das Idanhas, varão clarissimo em nobreza de sangue e grandeza de alma, construiu este templo e este mosteiro magnífico para nelle viverem virgens sem dote, vacando ao instituto da ordem cisterciense, pelo insigne amor e devoção que tem à mesma ordem. E dedicou-o à Conceição da Virgem Maria Senhora Nossa, e de sua fazenda o dotou de vasos sagrados, paramentos, dinheiros, prédios, para prover não só às despesas do culto divino, mas à sustentação de seus ministros, e à das religiosas. Enquanto vai aparelhando a partida para onde há de receber o prémio de suas virtudes (pois à terra há de restituir o que da terra houve), em vida erigiu para seu jazigo este monumento (...)*<sup>77</sup>.

Não vamos trazer para este texto toda a descrição iconográfica e arquitetónica do túmulo, já efetuada por outros autores<sup>78</sup>. Importa-nos salientar dois aspetos essenciais para a compreensão formal e plástica de todo o conjunto. Em primeiro lugar, é de realçar a notável qualidade do trabalho escultórico nele patente, mesmo com algumas irregularidades compreensíveis por se tratar de empreitada de oficina. Os relevos são finos e apresentam um ótimo entendimento de transição volumétrica, bem como a correta conceção da figura humana e animal. Por entre folhagens, grotescos e motivos antropomórficos relacionados com temática funerária como convinha, surgem belos detalhes de enorme qualidade, ainda que, por vezes, numa observação mais atenta, se perceba que a obra teve a participação de mais do que um escultor. Por outras palavras, o labor escultórico evidente neste túmulo deve ser entendido como fruto de uma participação oficial onde, apesar disso, predomina a mão do mestre.

Durante muito tempo, pelas razões aduzidas ao portal, pensou-se que a obra era devida a Nicolau Chanterene, o que também não acompanhámos. Depois, especulou-se acerca da inscrição “AIO” que se encontra gravada numa cartela, e da possibilidade de se tratar de uma assinatura do mestre canteiro. Em nossa opinião, esta inscrição refere-se antes às letras “Alfa” e “Omega”, separadas por um traço vertical, semelhante a outros que encontramos no túmulo, presença que se aceita dado o contexto funerário em que se insere.

Felizmente, em documento publicado por Francisco Bilou, desvenda-se o nome do artista responsável pela execução do túmulo: Pero Gomes (act. 1533-c.1570)<sup>79</sup>. Este escultor e mestre-de-obras oriundo de Estremoz terá trabalhado na capela da família de D. Fradique de Portugal (c. 1465-1539), presente no Convento de São Francisco desta vila alentejana (c. 1533-1539). Este prelado era filho de D. Afonso, primeiro conde de Faro e neto de D. Fernando, segundo duque de Bragança, tendo atingido os lugares de bispo de Sigüenza (1512) e de arcebispo de Zaragoza (1532). A possível ligação entre Pero Gomes e o mecenato de D. Fradique de Portugal faz-nos pensar que parte da formação artística obtida por ele se tenha efetivado e/ou desenvolvido em terras castelhanas, nomeadamente na província

de Guadalajara e na cidade de Sigüenza. Falta ainda explorar esta ligação para entendermos melhor a formação da personalidade artística do autor.

Para afirmação dos créditos artísticos de Pero Gomes, a partir dos meados da década de quarenta de Quinhentos, muito terá contribuído a direção de obras de Miguel de Arruda na vila de Estremoz (a Fonte do Meirinho, a Fonte Nova, as obras na igreja conventual de Santa Clara e mais tarde, em 1559, as de Santa Maria do Castelo) que lhe permitirá aperfeiçoar a componente arquitetónica e escultórica do seu mister<sup>80</sup>. No entanto, no final da década de trinta e da seguinte Pero Gomes estabelecer-se-á em Portalegre, à frente da campanha de obras escultóricas renascentistas do portal (1538) e do grandioso sepulcro (1540-1542), conforme ficou registado em documento de 1543 que nos diz expressamente: (...) *Pero Gomez que fez a sepultura do bysipo em portallegre* (...). No final de 1542, momento em que decorriam ainda as obras do túmulo, Pero Gomes toma de empreitada a execução do refeitório e da cozinha conventuais de São Bento de Avis. Ao assumir este trabalho, atrasando a satisfação de outras obras no Convento de São Bernardo, obrigou o bispo de D. Jorge de Melo a arrematar, em setembro de 1543, um lugar por penhora a Pero Gomes (pedreiro e morador em Estremoz) para pagamento de 40.000 rs que lhe tinha adiantado para fazer o púlpito, as grades e o chafariz em mármore<sup>81</sup>. Registe-se que Pero Gomes era obrigado a dar obra de diversa natureza, desde pedraria a marcenaria.

O extraordinário lavor escultórico de Pero Gomes é bem visível no retábulo central, com a representação do *Encontro da Porta Dourada de São Joaquim e Santa*

*Ana*, alusivo à Imaculada Conceição de Maria, cuja devoção era central para as monjas de São Bernardo, e a estátua jacente do bispo D. Jorge de Melo que, na fineza dos relevos das vestes eclesiais de subastos plenos de motivos vegetalistas e na minúcia da efígie funerária, muito lembra o trabalho dos artistas ativos em Espanha nesses anos ou um pouco antes (Bartolomé Ordoñez (c. 1480-1520), Filipe Vigarny (c. 1475-1542) ou Juan Peti (act. 1530-40), este último ativo em Sigüenza na empreitada do túmulo de D. Fradique de Portugal, em conjunto com o escultor não menos relevante Francisco de Baeza (act. 1520-1557)<sup>82</sup> (fig. 12). O padre Diogo Pereira de Sotto Maior, o qual descreve o túmulo com grande precisão, recorda-nos que o mestre executante foi obrigado por D. Jorge de Melo a disfarçar um defeito que tinha na vista, o que reforça a ideia de que o sepulcro foi mesmo feito em vida do prelado e por mão de escultor entendido<sup>83</sup>.

Um olhar atento para o jacente vestido de pontifical revela que a cabeça do bispo vira-se ligeiramente para a esquerda, ou seja, para o altar-mor da igreja conventual que, por sinal, fora elaborado a partir de 1542<sup>84</sup>. Considerando que o báculo que o ladeia se encontra partido, é lícito pensar que o jacente esteve voltado ao contrário e, portanto, com a cabeça virada para o retábulo da Imaculada Conceição<sup>85</sup>. (fig. 13)

A monumentalidade e o dinamismo escultórico deste importante sepulcro só encontram paralelo na vizinha Espanha nas inúmeras capelas, igrejas e catedrais que a pontuam. Foi uma obra de arte capaz de receber novidades iconográficas arrojadas, desde logo o *Encontro da Porta Dourada*, que repete o mesmo tema da ruanesca Porta Especiosa da Sé Velha de Coimbra

12 | Portalegre, Convento de São Bernardo, túmulo de D. Jorge de Melo, pormenor escultórico do nicho central.





13 | Portalegre, Convento de São Bernardo, túmulo de D. Jorge de Melo, pormenor da parte inferior do conjunto escultórico.

(c. 1535) ou então os atlantes do remate superior do túmulo que se inspiram nos contemporâneos Meninos da Graça de Évora (1540-1542). De menor qualidade são por seu turno as estátuas de São Bento e de São Bernardo que ladeiam o túmulo, bem como o retábulo que lhe serve de remate da *Coroação da Virgem*. Estes acusam, como em outros detalhes, sensibilidades escultóricas diferentes das do mestre Pero Gomes, que contou com a colaboração de vários pedreiros que assegurassem o cumprimento da empreitada. Tal como vimos, a novidade estética trazida pela campanha decorativa de Pero Gomes em Portalegre foi capaz de influenciar a mão-de-obra local, ao ponto de lhe repetir moldes e modelos plásticos.

Expressão máxima da arte do Renascimento em Portugal, o túmulo de D. Jorge de Melo sintetiza em si a importância da cidade de Portalegre em termos artísticos no século XVI: a inovação escultórica de vanguarda articulada com a gramática ornamental renascentista e matriz arquitetónica de arco de volta perfeita e *enjuntas com tondi*, tão característicos no nosso país. No entanto, jamais em Portugal se voltará a realizar tamanho sepulcro, colocando por isso no mapa do Renascimento a cidade de Portalegre como possuidora de uma obra única e digna de destaque na história da arte ibérica.

#### Pedro Flor

Historiador da Arte  
Universidade Aberta  
Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa  
Imagens: 1 a 7, 10, 11, 13 a 15 : DGPC/SIPA.  
Manuel Ribeiro, 2022; 8, 9 e 12 : Museu Municipal de Portalegre, 2021.

#### N O T A S

Em consequência de determinações legais a DGPC, enquanto órgão oficial, está obrigada à utilização do Acordo Ortográfico. Assim, a edição deste texto obedece às normas previstas no acordo, com as quais o autor não concorda e que não usa.

- Bernardo Sá NOGUEIRA — “A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271. Antecedentes regionais e significado político”. *A Cidade – Revista Cultural...*, n.º 6 (nova série), pp. 19-45, ver, igualmente, Francisco António Rodrigues de GUSMÃO — *Memória dos Alcaides Mores...*, p. 33 e pp. 10-13; e, finalmente, Manuel BRITO — *Livro Genealógico das Famílias...*
- Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)/Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Gavetas*, gav. XI, mc. 7, doc. 11. Doação datada de 1478.
- Maria de Lurdes ROSA — “Quadros de organização do poder nobre na Baixa Idade Média”. *A Cidade – Revista Cultural...*, pp. 53-56.
- D. António Caetano de SOUSA — *História Genealógica da Casa Real...*, t. III, p. 121.
- Idem, ibidem*, t. X, pp. 71-80.
- Braamcamp FREIRE — *Brasões da Sala de Sintra*, vol. II, pp. 22-40.
- Idem, ibidem*, vol. III, pp. 412-413 e João Cordeiro PEREIRA — “A renda de uma grande casa senhorial de Quinhentos”. *Portugal na Era de Quinhentos...*, pp. 235-260.
- Paulo MORAIS-ALEXANDRE — “Uma efabulação genealógica vicentina na comédia sobre a deusa da cidade de Coimbra e a corte de Dom João III”. *Armas e Troféus - Revista de História...*, IX série, t. XVIII, p. 395.
- Júlia GALEGO; Suzanne DAVEAU — *O Numeramento de 1527-1532...*, pp. 61-66 e João José Alves DIAS — “A população”. In João José Alves DIAS (coord.) — *Nova História de Portugal...*, pp. 13-19.
- José Pedro PAIVA — “Geografia eclesiástica (séculos XV-XX)”. In Carlos Moreira AZEVEDO (dir.) — *Dicionário de História Religiosa...*, pp. 294-307.
- Jorge CARDOSO — *Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varoens...*, t. I, pp. 427-429 e Elvira Cunha de Azevedo MEA — “A Igreja em reforma”. In João José Alves DIAS (coord.) — *Nova História de Portugal...*, p. 415.
- DGLAB/ANTT, *Gavetas*, gav. 15, mc. 24, n.º 1. Carta datada de 1546.
- DGLAB/ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, mc. 65, doc. 24. As referências do final do século XVI foram recolhidas em Manuel Inácio PESTANA — “Do passado da Antiga Fábrica Real de Portalegre — subsídios documentais inéditos”. *A Cidade - Revista Cultural...*, p. 146.
- Fortunato de ALMEIDA — *História da Igreja em Portugal*, t. II, pp. 697-698.
- DGLAB/ANTT, *Gavetas*, gav. I, mc. 5, doc. 5.
- Mário VIANA — “Notas sobre a organização paroquial e a toponímia de Portalegre em 1304”. *A Cidade – Revista Cultural de Portalegre*, pp. 72-74. Pe. Diogo Sotto MAIOR — Ob. cit., p. 59. Sobre as pinturas da primitiva igreja de Santa Maria, a grande, ver a descrição contida nas Visitações da Ordem de Cristo (1507-1510) publicadas por Pedro Dias e citadas em Patrícia MONTEIRO — *A Pintura Mural no Norte...*, vol. I, p. 70.
- Para uma análise cuidada e comparativa entre as três catedrais, leia-se, Cátia SANTOS — *As Sés Joquinas...*
- George KUBLER — *A Arquitectura Portuguesa Chã...*, pp. 51-68.
- Paulo Varela GOMES — “Fachadas de igrejas alentejanas entre os séculos XVI e XVIII”. *Penélope*, n.º 6, p. 25.
- Pedro GALERA ANDREU — *Las Catedrales de Vandelvira*.
- Rafael MOREIRA — “Arquitectura: Renascimento e classicismo”. In Paulo PEREIRA (dir.) — *História da Arte Portuguesa*, vol. II, p. 357. Sobre este mestre-de-obras, ver mais recentemente, Francisco BILOU — “Miguel de Arruda, entre Évora e Estremoz. Novos Documentos (1532-1562)”. *Boletim do Arquivo Distrital...*, pp. 53-68.
- Vitor SERRÃO — “A actividade do pintor maneirista Luís de Morales em Portugal: novas obras e rastreio de influências”. In Pedro DIAS (coord.) — *As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha...*, p. 41.
- José Heitor PATRÃO — *Portalegre, Fundação da Cidade...*, pp. 63-69.
- Frei Rafael de JESUS; M. Lopes de ALMEIDA (ed. lit.); Damião PERES (ed. lit.); César PEGADO (ed. lit.) — *Monarchia Lusitana: Primeiro Volume da 18.ª parte*. Manuscrito original, 1687. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1958, t. I, pp. 335-337.
- Jorge CARDOSO — *Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varoens...*, t. I, pp. 422-424. Ver, também, Annemarie JORDAN — *Catarina de Áustria...*, pp. 131-137 e p. 428 e Ludovina Cartaxo CAPELO — *Inventário do Fundo Documental...*, p. 47 e ver ainda José da Silva TERRA — “Espagnols au Portugal au temps de la reine D. Catarina: D. Julião de Alva”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. IX, p. 438.
- DGLAB/ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, mc. 97, doc. 57: (...) *item quatro mill rs por outros tamtos que deu pela chancelaria dos duzentos mill rs de que Vossa Alteza fez mercee ao bispo de Portalegre pera hum baquo e mitra (...)*.
- Jorge CARDOSO — Ob. cit., p. 428: (...) *Deixou-a enriquecida de custosos, & ricos ornamentos, grande copia de peças de prata, & outras de muito valor, que servem nos Pontificaes. De mais das que lhe deu a Rainha D. Catharina protectora della, que são muitos corporaes, guardas, & palas, todo fiado, & lavado de ouro por suas mãos. A preciosa reliquia do S. Lenho em relicário de crystal. Hum cofre esmaltado, onde se conserua hua Cabeça das Onze mil Virgens, com outras notaveis reliquias, & hum portapaz d'ouro (...)*.

- <sup>28</sup> Fortunato de ALMEIDA — *História da Igreja em Portugal*, t. III, pp. 863-864.
- <sup>29</sup> Vitor SERRÃO — Ob. cit., p. 40. Sobre os oficiais às ordens de João Vaz, ver Carla Alexandra GONÇALVES — *Gaspar Coelho: um Escultor...*, p. 41.
- <sup>30</sup> Ver, nesta mesma edição, o artigo de Vitor SERRÃO — “Os retábulos maneiristas da Sé de Portalegre: a pintura, a obra de talha, a escultura e as soluções arquitectónicas”, pp. 104-121.
- <sup>31</sup> Vitor SERRÃO — “Caminhos lusitanos do Divino Morales. A actividade do pintor em Évora, Elvas e Portalegre (1564-1585)”. In Carmelo SOLÍS RODRÍGUEZ (dir.) — *Luis de Morales: a um Lado...*, pp. 92-96.
- <sup>32</sup> Vitor SERRÃO — *Estudos de Pintura Maneirista...*, pp. 53-56. A presença de Simão Rodrigues não é consensual entre os autores, mas pelo menos a *Adoração dos Pastores* parece ser do pincel deste mestre lisboeta.
- <sup>33</sup> Ver, mais recentemente, sobre o tema Pedro FLOR; Susana Varela FLOR — “Vade-mecum dos pintores régios (1450-1750)”. *Rossio: Revista de Estudos...*, n.º 8, pp. 30-55, e Rui Manuel Mesquita MENDES — “Documentos inéditos sobre Cristóvão Lopes, Cristóvão de Moraes e Francisco de Holanda: contributos para o estudo dos pintores de corte no século XVI (1550-1593)”. *Artis - Revista de História da Arte...*, n.º 5, pp. 94-103.
- <sup>34</sup> Carla Alexandra GONÇALVES — Ob. cit., pp. 27-33.
- <sup>35</sup> Vitor SERRÃO — *Arte, Religião e Imagens...*, p. 95.
- <sup>36</sup> Ruy VENTURA — “As Memórias Paroquiais de 1758 do actual Concelho de Portalegre”. *A Cidade - Revista Cultural...*, n.º 10 (nova série), p. 125.
- <sup>37</sup> Depois da renúncia de D. frei Amador Arrais, foram nomeados dois bispos que nunca chegaram a tomar posse ou a ser confirmados em virtude do falecimento de ambos, nomeadamente D. Lopo Soares de Albergaria e D. Manuel de Gouveia. O primeiro chantre da Sé de Viseu e filho do vedor das casas do cardeal infante e da infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, Diogo Soares de Albergaria. O segundo desempenhava funções como bispo de Angra do Heroísmo quando indicado para a diocese de Portalegre.
- <sup>38</sup> Jorge RODRIGUES; Paulo PEREIRA — *Portalegre*, pp. 9-13.
- <sup>39</sup> Ruy VENTURA — Ob. cit., p. 129.
- <sup>40</sup> Esta tipologia ornamental de janelas manuelinas, muito em voga nas torres senhoriais, encontra-se bem disseminada em Portugal, de que destacamos pela sua aparência, e só para citar algumas, a do Paço de Sintra ou a presente em ambiente urbano em Gouveia (Casa da Torre) ou em Beja (esta curiosamente proveniente do Convento do Carmo dessa cidade).
- <sup>41</sup> DGLAB/ANTT, *Gavetas*, gav. II, mç. 1, doc. 6 e gav. XIX, mç. 5, doc. 51.
- <sup>42</sup> Francisco António Rodrigues GUSMÃO — “Portalegre”. *Arquivo Pittoresco*, n.º 10, p. 154.
- <sup>43</sup> Jorge RODRIGUES; Paulo PEREIRA — Ob. cit., p. 31.
- <sup>44</sup> Afonso Eduardo Martins ZÚQUETE — *Armorial Lusitano*, p. 544.
- <sup>45</sup> Pe. Diogo Pereira Sotto MAIOR — Ob. cit., p. 54.
- <sup>46</sup> Margarida dos Santos CONTREIRAS — *A Casa Forte Alentejana...*, pp. 72-77. De acordo com as *Memórias Paroquiais* de 1758, esta propriedade estava na posse de D. Pedro Henrique de Bragança, primeiro duque de Lafões, que a herdara de sua avó, D. Mariana Luísa Francisca de Sousa Tavares Mascarenhas e Silva, segunda marquesa de Arronches.
- <sup>47</sup> DGLAB/ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 65, doc. 24. O documento data de 3 julho de 1539 e refere o recebimento de tença de 77880 rs Manuel de Sousa, alcaide-mor de Arronches, e de 49960 rs a D. Isabel, sua mulher.
- <sup>48</sup> Carlos de AZEVEDO — *Solares Portugueses...*, pp. 35-38.
- <sup>49</sup> DGLAB/ANTT, *Colecção de cartas*, Núcleo Antigo 879, n.º 310 — *Relação das Fortalezas e Torres que se Fizeram nas Guerras e Depois Delas em que se Derribaram por Bem da Capitulação das Pazes entre Tejo e Odjana, asy em Castella como em Portugal*. Entre outras localidades, o documento refere-se naturalmente a Portalegre (serra de São Mamede), a Sanlúcar de Guadiana (defronte de Alcoutim), Chanza (termo de Mértola), Corte do Pinto (Mértola), Coutada (termo de Moura), Termo de Elvas e junto da raia, Esparragalejo (perto de Mérida), Alcaria Ruiva (Mértola), Serpa, Ficalho, São Bento (termo de Serpa), Olivença, Font'Alva (termo de Elvas), Vila Boim, Barbacena, Villar del Rey (Badajoz, perto de Ouguela), Valverde (Olivença), Cheles (Alconchel).
- <sup>50</sup> Pe. Diogo Pereira Sotto MAIOR — Ob. cit., p. 55.
- <sup>51</sup> Luciano CORDEIRO — *Diogo d'Azambuja*, p. 24.
- <sup>52</sup> João Miguel SIMÕES — “A casa onde nasceu António de Azambuja em Cabeço de Vide”. [www.academia.edu](http://www.academia.edu), pp. 4-7 [consultado a 01 de dezembro de 2021].
- <sup>53</sup> DGLAB/ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 10, fl. 10v. Registe-se que, apesar de tudo, António de Azambuja recebia, a 3 de julho de 1539, no almoxarifado de Portalegre a sua tença de 29960 rs. DGLAB/ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 65, doc. 24.
- <sup>54</sup> Pe. Diogo Pereira de Sotto MAIOR — Ob. cit., p. 55.
- <sup>55</sup> Francisco António Rodrigues GUSMÃO — Ob. cit., pp. 153-155. Ver, também, Jorge RODRIGUES; Paulo PEREIRA, Paulo — Ob. cit., p. 19, Bernardo Vasconcelos e SOUSA (dir.) — *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 309.
- <sup>56</sup> Nuno SENOS — “A igreja do convento de São Francisco de Portalegre: história de um edifício”. António Camões GOUVEIA (ed.) — *Igreja e Convento de São Francisco...*, pp. 18-37. Sobre a intervenção barroca de Setecentos, ver frei Jerónimo de BELÉM — *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves*. Lisboa: Oficina de Ignacio Rodrigues, 1750, parte I, p. 158.
- <sup>57</sup> Arquivo Distrital de Portalegre (ADP), *Convento de São Francisco de Portalegre*, Inventário do Convento de São Francisco de Portalegre, 1827, fl. 43.
- <sup>58</sup> Gaspar CORREIA — *Lendas da Índia*, livro I, t. I, cap. X, pp. 873-883.
- <sup>59</sup> DGLAB/ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 64, doc. 8. O alvará data de 28 de janeiro de 1539. O documento foi citado por Patrícia Monteiro que, por lapso, o associa ao cardeal D. Henrique. Patrícia MONTEIRO — *A Pintura Mural no Norte...*, p. 55.
- <sup>60</sup> DGLAB/ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, Mercês, liv. 4, fl. 141. Documento revelado por Patrícia MONTEIRO — Ob. cit., p. 56.
- <sup>61</sup> Na inscrição do epitáfio lê-se: S. DE GASPAR FRAGOSO CAVAL.º FIDALGO DA CASA DEL REI N S PADROEIRO QVE FOI DESTA CAPELA EM SVA VIDA MANDOV REPAIRAR E FAZER ESTE RETAVOLO MORREO DIA DE S. FILIPE E SAT.º 1571 REQUIESCAT IN PACE AMEN. Sobre os dados biográficos de Gaspar Frago, ver Patrícia MONTEIRO — Ob. cit., p. 58.
- <sup>62</sup> Patrícia MONTEIRO — “Polychrome coatings on a lime plaster altarpiece (1571): the Gaspar Frago Chapel in Portalegre”. *Polychrome Sculpture: Tool marks, construction, techniques, decorative practice and artistic tradition*, ICOM-CC Interim Meeting, Working Group Sculpture, Polychromy, and Architectural Decoration, Tomar, 28-29 May, 2013. ICOM-CC. Published Online: [www.ICOM-CC.org](http://www.ICOM-CC.org) 2017, pp. 8-15.
- <sup>63</sup> Na sua tese de doutoramento, Francisco Henriques apura como marco utilizado para a conceção geométrica do retábulo a Secção Áurea - Harmónicas I e II, muito frequente na época e presente em obras da relevância estética dos retábulos presentes na Capela do Tesoureiro (Coimbra), na Igreja da Misericórdia (Montemor-o-Velho) e na Igreja de Santiago (Soure); dos portais da Igreja de Nossa Senhora da Assunção (Atalaia), Porta Espiciosa (Coimbra), Igreja do Convento de São Bernardo (Portalegre) e Igreja de Santa Iria (Tomar); dos túmulos de D. Álvaro da Costa (Évora), de D. Luís da Silveira (Góis), de D. Jorge de Melo (Portalegre) e Martim Gomes de Lemos (Trofa do Vouga), entre outros. Cf. Francisco HENRIQUES — *Portais para o Espaço do Divino...*, vol. I, pp. 161-165.
- <sup>64</sup> Patrícia MONTEIRO — Ob. cit., p. 10.
- <sup>65</sup> Carla Alexandra GONÇALVES — *Gaspar Coelho: Um Escultor do Maneirismo...*, p. 30.
- <sup>66</sup> Sousa VITERBO — *Dicionário Histórico e Documental...*, vol. I, pp. 450-451 e Prudêncio Quintino GARCIA — *Documentos para as Biografias dos Artistas...*, pp. 76-77.
- <sup>67</sup> Patrícia MONTEIRO — *A Pintura Mural...*, vol. II, pp. 123-141.
- <sup>68</sup> Ver, nesta mesma edição, o artigo de Francisco BILOU — “O Mosteiro de São Bernardo de Portalegre: D. Jorge de Melo e a obra escultórica de Pero Gomes”, pp. 72-81.
- <sup>69</sup> A relevância de D. Garcia de Melo está bem patente na avultada tença régia que recebia de 20000 rs, mais tarde transferida para a sua segunda mulher, D. Joana de Castro. Cf. DGLAB/ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 15, ver também Domingos Almeida BUCHO — *Mosteiro de São Bernardo de Portalegre: estudo histórico-arquitectónico*. Évora: Universidade de Évora, 1994, p. 26.
- <sup>70</sup> Data de 1523 um alvará régio que confirma o terreno e sítio que a câmara de Portalegre concedeu ao bispo D. Jorge de Melo para a fundação e construção do novo edifício conventual. ADP, *Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre*, cx. 3, mç. 10, doc. 188.
- <sup>71</sup> Domingos Almeida BUCHO — Ob. cit., anexo III.
- <sup>72</sup> Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Códices Alcobacenses*, cod. 223, fls. 273-291v, citado por Domingos Almeida BUCHO — Ob. cit. (p. 26 e anexo IX).
- <sup>73</sup> Pedro FLOR — *O Túmulo de D. João de Noronha...*, pp. 114-115. Sobre Chante-rene, partir do estudo seminal de Pedro DIAS — *O Fydias Peregrino...* e completar com os trabalhos de Rafael Moreira e Fernando Grilo citados no final deste texto.
- <sup>74</sup> Entre outros lugares onde revisitámos a obra de Nicolau Chantere-ne, veja-se o que escrevemos a esse propósito em Pedro FLOR — “Gelsa e Sintra: relações artísticas entre Aragão e Portugal no tempo do Renascimento”. In Carmen MORTE-GARCÍA (coord.) — *Usos artísticos del alabastro...*, pp. 201-220.
- <sup>75</sup> A referência de Francisco Loreto como mestre das obras do duque de Bragança é feita por Francisco Bilou em texto que citamos mais adiante. Sobre Loreto, ver o que dissemos a seu propósito em Pedro FLOR — “O portal da Igreja Matriz de Arronches e a escultura do Renascimento em Portugal”. In Vitor SERRÃO (dir.); Maria José REDONDO CANTERA — *O Largo Tempo do Renascimento*, pp. 131-151.
- <sup>76</sup> Sobre este retábulo flamengo, ver Pedro DIAS — “Piedade”. In Pedro DIAS (coord.) — *O Brilho do Norte...*, pp. 172-173.
- <sup>77</sup> Francisco António Rodrigues de GUSMÃO — “Túmulo de D. Jorge de Melo”. *Arquivo Pittoresco...*, pp. 314.
- <sup>78</sup> Diogo GASPAR — “A encomenda do túmulo de D. Jorge de Melo”. *A Cidade - Revista Cultural...*, n.º 12, pp. 7-18. Francisco HENRIQUES — *Portais para o Espaço Divino...*, pp. 444-452.
- <sup>79</sup> Francisco BILOU — “O Renascimento em Arronches na obra dos pedreiros-imaginários Francisco de Loreto e Pero Gomes”. *Artis - Revista de História da Arte...*, pp. 52-59. Um outro estudo do mesmo autor intitulado “Pero Gomes, pedreiro e escultor de Estremoz - novos dados para um registo artístico (1543-1570)” disponível em [academia.edu](http://academia.edu) e publicado em 2015 esclarecia já o contributo do artista na obra tumular de D. Jorge de Melo em Portalegre.
- <sup>80</sup> O relacionamento com Miguel de Arruda prolongou-se ainda pela década de 1540 (1548), momento em que trabalhou no paço abacial de Alcobaca, a mando do cardeal D. Henrique. Ver Alex Sousa BERNARDO — *Um Palácio para um Abade*, pp. 33-35, 56 e 61. Sobre a atividade de Pero Gomes em Alcobaca e a ligação com Miguel Arruda, ver o trabalho pioneiro de Rafael MOREIRA — “A encomenda artística em Alcobaca no século XVI”. *Arte Sacra nos Antigos Coutos...*, pp. 49-54.
- <sup>81</sup> ADP, *Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre*, cx. 6, mç., 29, doc. 366.
- <sup>82</sup> Maria José REDONDO CANTERA — *El Sepulcro em España...*, pp. 80-85.
- <sup>83</sup> Pe. Diogo Pereira de Sotto MAIOR — Ob. cit., pp. 112-113.
- <sup>84</sup> ADP, *Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre*, cx. 3, mç. 16, doc. 188: “Contracto que o Bispo fez com hum oficial para lhe fazer hum retabolo com seus Santos e Sacrario no Altar mor no anno de 1542”.
- <sup>85</sup> Diogo GASPAR — “A encomenda do túmulo de D. Jorge de Melo”. *A Cidade - Revista Cultural...*, pp. 14-15.

## B I B L I O G R A F I A

- ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*. Coimbra: Imprensa Académica, 1910-1917, IV tomos.
- ALVES, Tarcísio — *Constituições Sinodais de D. Frei Amador Arrais, Bispo de Portalegre (1585)*. Portalegre: Cabido da Sé, 1999, transcrição e notas de Tarcísio Fernandes Alves.
- AZEVEDO, Carlos de — *Solares Portugueses — Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- BELÉM, frei Jerónimo de — *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves*, parte I. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1750.
- BERNARDO, Alex Sousa — *Um Palácio para um Abade*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.
- BILOU, Francisco — “O Renascimento em Arronches na obra dos pedreiros-imaginários Francisco de Loreto e Pero Gomes”. *Artis — Revista de História da Arte e Ciências do Património*. Lisboa: Ed. Caleidoscópio, 2017, pp. 52-59.
- BILOU, Francisco — “Miguel de Arruda, entre Évora e Estremoz. Novos documentos (1532-1562)”. *Boletim do Arquivo Distrital de Évora*, n.º 3, 2015, pp. 53-68.
- BRITO, Manuel da Costa Juzarte — *Livro Genealógico das Famílias desta Cidade de Portalegre*. Lisboa: Ed. Inapa, 2001, anotado, corrigido e aumentado por Nuno Borrego e Gonçalo de Melo Guimarães.
- CAPELO, Ludovina Cartaxo — *Inventário do Fundo Documental da Universidade de Évora no Arquivo da Universidade de Coimbra*. Évora: Universidade de Évora, 2010.
- CARDOSO, Jorge — *Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas*. Lisboa: Of. Craesbeekiana, 1652, t. I.
- CORDEIRO, Luciano — *Diogo d’Azambuja*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.
- CONTREIRAS, Margarida dos Santos — *A Casa Forte Alentejana na Transição da Época Medieval para a Época Moderna*. Lisboa: s. n., 2019. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado.
- DIAS, João José Alves (coord.) — *Nova História de Portugal — Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- FLOR, Pedro — “Gelsa e Sintra: relações artísticas entre Aragão e Portugal no tempo do Renascimento”. In MORTE-GARCÍA, Carmen (coord.) — *Usos artísticos del alabastro y procedencia del material*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2018, pp. 201-220.
- FLOR, Pedro — “O portal da igreja matriz de Arronches e a escultura do Renascimento em Portugal”. In SERRÃO, Vitor (dir.); REDONDO CANTERA, Maria José — *O Largo Tempo do Renascimento*. Lisboa: Ed. Colibri, 2008, pp. 131-151.
- FLOR, Pedro; FLOR, Susana Varela — “Vade-mecum dos pintores régios (1450-1750)”. *Rossio: Revista de Estudos de Lisboa*, 2019, n.º 8, pp. 30-55.
- FONSECA, Teresa — *António Henriques da Silveira e as Memórias Analíticas da Vila de Estremoz*. Lisboa: Ed. Colibri, 2003.
- FREIRE, Braamcamp — *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2.ª ed., 1921-1930. 3 vols.
- GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne — *O Numeramento de 1527-1532 — Tratamento Cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1986.
- GASPAR, Diogo — “A encomenda do túmulo de D. Jorge de Melo”. *A Cidade — Revista Cultural de Portalegre*, 1998, n.º 12, pp. 7-18.
- GOMES, Paulo Varela — “Fachadas de igrejas alentejanas entre os séculos XVI e XVIII”. *Penélope*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1991, n.º 6, pp. 21-45.
- GONÇALVES, Carla Alexandra — *Gaspar Coelho: um Escultor do Maneirismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- GRILO, Fernando — *Nicolau Chanterene e a Afirmação da Escultura do Renascimento na Península Ibérica (c. 1511-1551)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001, 2 vols.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de — “Sé de Portalegre”. *Archivo Pittorresco - Semanario Ilustrado*, 1862, ano V, pp. 9-11.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de — “Túmulo de D. Jorge de Melo”. *Archivo Pittorresco - Semanario Ilustrado*, 1864, ano VII, pp. 313-315.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de — “Portalegre”. *Archivo Pittorresco - Semanario Ilustrado*. 1867, ano X, pp. 153-155.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de — *Memoria dos Alcaldes Mores de Portalegre*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1867.
- HENRIQUES, Francisco — *Portais para o Espaço do Divino: Geometria e Narrativa no Retábulo Escultórico do Renascimento*. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2015, 3 vols.
- JORDAN, Annemarie — *Catarina de Áustria, a Rainha Coleccionadora*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.
- KUBLER, George — *A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*. 2.ª ed. Lisboa: Ed. Vega, 2005.
- MAIOR, padre Diogo Pereira Sotto; MARTINS, Leonel Cardoso (introd., leitura e notas) — *Tratado da Cidade de Portalegre*. Lisboa; Portalegre: Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Câmara Municipal de Portalegre, 1984.
- MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro — *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. 2.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016.
- MENDES, Rui Manuel Mesquita — “Documentos inéditos sobre Cristóvão Lopes, Cristóvão de Morais e Francisco de Holanda: contributos para o estudo dos pintores de corte no século XVI (1550-1593)”. *Artis — Revista de História da Arte e Ciências do Património*. Lisboa: Ed. Caleidoscópio, 2017, n.º 5, pp. 94-103.
- MONTEIRO, Patrícia — “Polychrome coatings on a lime plaster altarpiece (1571): the Gaspar Fragoso Chapel in Portalegre”. *Polychrome Sculpture: Tool marks, construction, techniques, decorative practice and artistic tradition*, ICOM-CC Interim Meeting, Working Group Sculpture, Polychromy, and Architectural Decoration, Tomar, 28-29 May, 2013. ICOM-CC. Publicado online: www.ICOM-CC.org 2017, pp. 8-15.
- MONTEIRO, Patrícia — *A Pintura Mural no Norte Alentejo (séculos XVI a XVIII)*. Lisboa: s. n., 2012, 2 vols. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, texto policopiado.
- MORAIS-ALEXANDRE, Paulo — “Uma efabulação genealógica vicentina na comédia sobre a devise da cidade de Coimbra e a corte de Dom João III”. *Armas e Troféus - Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, 2016, IX série, t. XVIII, pp. 379-403.
- MOREIRA, Rafael — “Arquitectura: Renascimento e classicismo”. In PEREIRA, Paulo (dir.) *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol. II, pp. 303-375.
- MOREIRA, Rafael — “A encomenda artística em Alcobaca no século XVI”. *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaca*. Lisboa: Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1995, pp. 43-63.
- MOREIRA, Rafael — *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1991, 2 vols.
- NOGUEIRA, Bernardo Sá — “A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271. Antecedentes regionais e significado político”. *A Cidade — Revista Cultural de Portalegre*, 1991, nova série, n.º 6, 1991, pp. 19-45.
- PAIVA, José Pedro — “Geografia eclesiástica (séculos XV-XX)”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) — *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 294-307, vol. II.
- PATRÃO, José Heitor — *Portalegre, Fundação da Cidade e do Bispado*. Lisboa: Ed. Colibri, 2002.
- PESTANA, Manuel Inácio — “Do passado da Antiga Fábrica Real de Portalegre — subsídios documentais inéditos”. *A Cidade — Revista Cultural de Portalegre*, 1995, nova série, n.º 10, pp. 145-174.
- REDONDO CANTERA, Maria José — *El Sepulcro em España em el siglo XVI: tipología e iconografía*, Madrid: Impadisa; Ministerio de Cultura, 1987.
- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo — *Portalegre*. Lisboa: Ed. Presença, 1988.
- ROSA, Maria de Lurdes — “Quadros de organização do poder nobre na Baixa Idade Média”. *A Cidade — Revista Cultural de Portalegre*, 1991, nova série, n.º 6, 1991, pp. 47-65.
- SANTOS, Cátia — *As Sés Joaninas: Arquitectura Episcopal portuguesa na segunda metade do século XVI*, Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009.
- SENOS, Nuno — “A igreja do convento de São Francisco de Portalegre: história de um edifício”. In GOUVEIA, António Camões — *Igreja e Convento de São Francisco: História do Edifício*. Portalegre: Publicações da Fundação Robinson, 2008, pp. 18-37.
- SERRÃO, Vitor — “A actividade do pintor maneirista Luís de Moraes em Portugal: novas obras e rastreio de influências”. In DIAS, Pedro (coord.) — *As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos*. Coimbra: Ed. Minerva, 1987, pp. 9-64.
- SERRÃO, Vitor — *Estudos de Pintura Maneirista e Barroca*. Lisboa: Ed. Caminho, 1989.
- SERRÃO, Vitor — “Caminhos lusitanos do Divino Morales. A actividade do pintor em Évora, Elvas e Portalegre (1564-1585)”.  
SOLÍS RODRÍGUEZ, Carmelo (dir.) — *Luis de Morales: a um lado y outro de la raya*. Badajoz: Tecnigraf, 2000, pp. 67-99.
- SERRÃO, Vitor — *Arte, Religião e Imagens em Évora no Tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança (1578-1602)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 2015.
- SOUZA, D. António Caetano de — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa Occidental: Of. Joseph Antonio da Sylva, 1737-1743.
- SOUZA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) — *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- TERRA, José da Silva — “Espagnols au Portugal au temps de la reine D. Catarina: D. Julião de Alva”. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, vol. IX, pp. 417-506.
- VENTURA, Ruy — “As Memórias Paroquiais de 1758 do actual concelho de Portalegre”. *A Cidade — Revista Cultural de Portalegre*, 1995, nova série, n.º 10, pp. 93-136.
- VIANA, Mário — “Notas sobre a organização paroquial e a toponímia de Portalegre em 1304”. *A Cidade — Revista Cultural de Portalegre*, 1991, nova série, n.º 6, pp. 67-74.
- VITERBO, Sousa — *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1899-1922, 3 vols.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins — *Armorial Lusitano*. 3.ª ed. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1987.